

# Identidades e espaços públicos luso e hispano-americanos

Por Rogerio Basile

## Identidade, diversidade e unidade

Tortuosos são os caminhos que percorrem aqueles que buscam a “identidade latino-americana”. Além de todos os problemas trazidos pela polissemia do termo *identidade*, o próprio conceito de *latino americano* é de uma abrangência tal que o pesquisador corre o risco de se perder em um universo antes de tudo multicultural, com regionalismos tão intensos que muitas vezes dá a impressão de não suportar generalizações.

Sobre essa América Latina, Moraes chega mesmo a afirmar que

*“Sua história permite afirmá-la como uma teia, cenário ou povos que a cultura inviabiliza que seja domada por qualquer modelo abrangente ou totalizador. Inexistem instrumentais ou metodologias razoáveis para trabalho com esta pretensão. Para um cientista humano ou social, o melhor campo de observação e análise dos povos que formam ou constituem a América Latina talvez esteja em elementos micros ou do cotidiano (...)”*<sup>1</sup>

No entanto se essa unidade cultural aparente, tantas vezes enaltecida por políticos e intelectuais em diversas finalidades, é simplesmente uma construção, como nos posicionamos frente às grandes estruturas e fenômenos históricos identificáveis em todo o continente em tempos históricos aproximados, como os dilemas de construção do Estado Nacional, o clientelismo, o populismo, e as ditaduras militares? Além disso, a despeito das claras diferenças entre os países ibero-americanos, são suas semelhanças que saltam aos olhos quando estes são comparados a seus irmãos anglos ao norte. Os próprios padrões mentais ibéricos e sua clara herança em suas colônias americanas são os objetos de Richard Morse em seu “O Espelho de Próspero”, onde mais esse autor tenta delinear essa identidade latino-americana, onde o que sobressai é sua especificidade e originalidade enquanto conjunto.

Como destaca François-Xavier Guerra, para os países da América espanhola, um dos maiores desafios por ocasião das independências, inclusive, foi o de construir identidades locais a partir de uma grande identidade maior, a de membros da grande Monarquia Católica.<sup>2</sup> Esses novos Estados encontravam-se sob o pesado dilema de não serem diferentes entre si o suficiente para construir uma forte identidade nacional, nem semelhantes o bastante para criar uma identidade continental.

---

<sup>1</sup> MORAES, Nilson Alves. *Integração e processos culturais na América Latina*. In: Fronteiras Rompidas – Multiculturalismo na América Latina. Organizado por Teresa Toríbio Lemos. Rio de Janeiro: UERJ/UESB, 2003, pp 165.

Peça ainda mais complexa nesse estranho mosaico é o Brasil, que “(...) *é e, ao mesmo tempo não é América Latina*”, como coloca Maria Lígia Prado<sup>3</sup>. Embora compartilhe boa parte da trajetória de seus vizinhos hispânicos, a auto-identificação não é imediata. Esse estranhamento não parece ser meramente lingüístico. O período imperial presente, no continente, apenas no Brasil, também não parece, por si só, ser a raiz dessa estranha situação do país em meio a outros que supostamente compartilhariam uma mesma herança Ibérica.

Mais crucial enquanto elemento definidor parece ser a dimensão de seu **espaço público** e a *cidade letrada* a neste se desenvolver, como conceituados por Habermas. O surgimento destes em dada sociedade sublinha, por um lado, o fortalecimento do Estado administrativo e militar e, por outro, a estruturação – partindo primeiro da esfera privada da sociedade burguesa (família e negócios) e logo, mediante a publicidade das informações, das opiniões, dos debates de corte racional – desta esfera pública que permite à sociedade civil afirmar a sua existência pública autônoma frente ao poder do Estado.

Embora Guerra tenha ressalvas quanto alguns dos elementos trabalhados por Habermas – como o papel da burguesia na formação dessa esfera pública, uma vez que a natureza e própria existência de uma burguesia na América Latina é tema controverso – é a partir destes princípios que se levantas discussões sobre conceitos-chave, como: as *práticas de leitura*, no que se refere à produção e circulação de impressos e as idéias que envolve e faz circular, formadora de uma opinião pública antes de tudo legitimadora; as *formas de sociabilidade* de múltiplas natureza, sejam elas formais territoriais, formais pessoais ou informais; os *espaços públicos em sua forma física*, a rua, a praça, o Congresso, os cafés, a imprensa – em seu destacado papel de espaço e produtor de sociabilidades e opinião), a cidade, lugar por excelência da política; e, por fim, o *meio intelectual* e as *idéias* forjadas a partir desses elementos.<sup>4</sup>

É a partir destes espaços públicos que se formaria uma cultura política latino-americana, elemento identitário fundamental, principalmente na formação das identidades nacionais. Um espaço letrado formado pelas exigências de uma vasta administração colonial e da evangelização, respondendo à necessidade de atender a ideologização de uma multidão de iletrados, apelando-se assim a formas massivas de transmitir sua mensagem, além da formação de uma elite dirigente responsável por levar adiante o projeto imperial; razão da

---

<sup>2</sup> GUERRA, François-Xavier. *A nação na América espanhola: a questão das origens*. In. Revista Maracanan, PPGH/UERJ, ano I, Nº 1, 1999-2000.

<sup>3</sup> PRADO, Maria Lígia. *América Latina no Século XIX*. São Paulo: Edusp, Bauru: Edusc, 1999, pp. 20.

<sup>4</sup> GUERRA, François-Xavier, LEMPÉRIÈRE, ANNICK et al. Los Espacios Públicos en Iberoamérica. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

enorme importância que a figura do homem letrado assumiu durante o período colonial da porção hispânica da América.

Como sublinha Rama, tão importante quanto o número de integrantes dessa *cidade letrada*,

*“(...) fue la capacidad que demostraron para institucionalizarse a partir de sus funciones específicas (dueños de la letra) procurando volverse un poder autónomo, dentro de las instituciones del poder a que pertenecieron (...) [com sua] peculiar función de productores, en tanto conciencias que elaboran mensajes, y sobre todo, su especificidad como diseñadores de modelos culturales, destinados a la conformación de ideologías públicas”<sup>5</sup>*

São as necessidades de uma sociedade urbana, contudo, que incentivam a formação de um espaço público, com todas as suas decorrências, como essas novas formas de sociabilidade entre grupos recém surgidos no panorama latino-americano. E aí reside a diferença crucial entre a América hispânica e a América portuguesa: ao contrário das dinâmicas cidades espanholas no Novo Mundo com seus interesses autônomos ao campo enquanto baluartes da ordem imperial; as tardias cidades luso-brasileiras surgem já vinculadas às necessidades da grande propriedade produtora agrária<sup>6</sup>, estando assim comprometidas com suas demandas e possuindo um espaço público extremamente restrito. As distinções entre o “Semeador” e o “Ladrilhador” trariam implicações ainda mais amplas do que as supostas por Sergio Buarque de Holanda.

Como sintetiza Antonio Cândido em seu prefácio a *Raízes do Brasil*, enquanto “o espanhol acentua o caráter da cidade como empresa da razão”, na América portuguesa

*“a paisagem natural e social fica marcada pelo predomínio da fazenda sobre a cidade, mero apêndice daquela. A fazenda se vinculava a uma idéia de nobreza e constituía o lugar das atividades permanentes, ao lado de cidades vazias (...)”<sup>7</sup>*

E se podemos falar sobre uma “identidade latina” ou em uma “mentalidade ibérica”, a grande distinção entre suas porções espanhola e portuguesa encontra-se, sem dúvida, nos díspares modelos de urbanização de ambas, matriz de muitas de suas especificidades, o que refletiria-se diretamente em seus espaços públicos e em sua conseqüente cultura política.

## **Os espaços públicos hispano e luso-americanos**

---

<sup>5</sup> RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. In: *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura. Vol 1: A Situação Colonial*. Organizado por Ana Pizarro. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993., pp 583.

<sup>6</sup> Cf. PRADO, Maria Emília. *Memorial das Desigualdades*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

<sup>7</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Prefácio*. In: HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pp 16.

Havia, de fato, um projeto imperial por detrás da configuração clássica em forma de tabuleiro com sua grande *plaza* central da cidade hispano-americana. Interpretada ora como uma necessidade burocrática de ordem e simetria, ora como uma solução natural e descomplicada para um ambiente heterogêneo, ora como a expressão cultural de uma mentalidade sacralizadora, exemplificando assim o “corpo místico” que estava no centro do pensamento ibérico, essa unidade urbana era um microcosmo de uma ordem imperial e eclesiástica maior.<sup>8</sup> As cidades da América portuguesa, por sua vez, são muitas vezes interpretadas como sendo mais “orgânicas”, nascendo e se organizando de acordo com a própria paisagem. Soltas e desordenadas, as casas não eram construídas seguindo nenhuma coerência, o que tornava complexo até o ato de murar as vilas.<sup>9</sup>

O projeto imperial espanhol incorporava ainda uma política cultural que englobava a assimilação cultural dos índios, a implementação de um sistema de educação que incluía o ensino superior e a permissão da importação de livros e prensas de impressão, e circulação de periódicos, embora com algumas restrições; além do incentivo à organização de obras na península sobre o Novo Mundo. O Brasil, por sua vez, só passaria a poder possuir tipografias a partir do marco fundamental de 1808, do mesmo modo que apenas a partir daí seriam fundados os primeiros colégios de ensino superior, os de medicina da Bahia e Rio de Janeiro.

É, aliás, dado significativo o fato de termos, na América espanhola, uma primeira Universidade fundada em 1538 – a Tomás de Aquino, em Santo Domingo – seguida pela Universidade de São Marcos, em Lima, 1551, e pela Universidade Real e Pontifícia de Cidade do México em 1553, às quais proliferaram-se por todo o período colonial, constituídas normalmente pelas quatro faculdades tradicionais – teologia, artes, direito e medicina; enquanto, no Brasil, além dos citados colégios superiores de medicina e alguns outros como os cursos jurídicos de Olinda e São Paulo, de 1827; só surgiria a primeira Universidade em 1913, a atual Universidade Federal do Paraná, já em plena República.

A própria base da educação já nos traz indicativos claros a esse respeito. Como nos mostra Guerra, a América hispânica – mais especificamente, no caso, o México – possuía uma grande rede de educação – 262 escolas primárias em 1756, em 61 de suas 202 cúrias, número que ampliaria-se até a independência; com colégios secundários cobrindo quase todo o centro do país em 1767, sendo dois terços desta educação gratuita.<sup>10</sup> No Brasil, os colégios foram

---

<sup>8</sup> Cf. MORSE, R. *O Desenvolvimento Urbano da América Espanhola Colonial*. In: Historia da América Latina – A América Latina Colonial. Vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.

<sup>9</sup> Cf. PRADO, Maria Emília. Idem. Ver ainda HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2007, em especial os capítulos 2 e 3, “Herança Rural” e “O Semeador e o Ladrilhador”.

<sup>10</sup> GUERRA, François-Xavier. Modernidad e Independências. Madrid: Ed. Mapfre, 1992.

controlados por ordens religiosas até sua expulsão, por Pombal. As reformas educacionais que este implementou, encabeçadas por um orçamento restrito, acabaram por escassear ainda mais o acesso à educação. O ensino, ministrado agora sob a forma de aulas avulsas, fragmentou o processo pedagógico, e o ônus pelo pagamento dos mestres coube muitas vezes aos próprios pais, o que também restringiu o conhecimento às elites. Também apenas estes tinham acesso a algum tipo de ensino superior, já que poderiam ser enviados para a Universidade de Coimbra,<sup>11</sup> e mesmo este número é proporcionalmente muito baixo: se na Universidade do México, entre o período de 1775 e a independência saíram 7850 bacharéis e 473 doutores e licenciados, durante o mesmo período o número de graduados na Universidade de Coimbra de naturais do Brasil foi de 720, dez vezes menor.<sup>12</sup>

Desse modo, podemos ver, no México, uma porcentagem de 48% a 62% de crianças escolarizadas, que a guerra de propaganda entre insurgentes e realistas, a existência de número relevante de petições em comunidades indígenas e a tiragem de periódicos parece indicar ter se revertido em alfabetização efetiva.<sup>13</sup> O Brasil, por sua vez, possuía 84% de analfabetos em 1890, 75% em 1920 e 57% em 1940.<sup>14</sup>

Pequena população urbana, leis restritivas e baixa taxa de alfabetização, fatores intimamente relacionados entre si, tornam desse modo complexo o surgimento de uma esfera literária no Brasil. Mesmo que não houvessem leis restritivas, o próprio mercado de impressos não se sustentaria no período colonial, em um ambiente predominantemente rural e iletrado.

As condições inversas permitiram que ainda no século XVI se desenvolvesse na América espanhola uma literatura secular épica, da qual *La Auracana*, de Alonso Ercilla (1569) e *Arauco Domado*, de Pedro de Ñña (1596) são alguns dos primeiros exemplos. A epopéia ainda no XVI é substituída pela poesia cortesã, da qual não são poucos os exemplos de autores, que adentram pelo XVII, como o padre Bernardo de Balbuena, com seu *Grandeza Mexicana*, Gonzáles de Eslava, Gutierrez de Cetina, o satírico Juan del Valle Caviedes, e mesmo mulheres, como doña Leonor de Ovando. Os exemplos se multiplicam com o passar da décadas.<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *O que se fala e o que se lê: língua instrução e leitura*. In: SOUZA, Laura de Mello (org). *História da Vida Privada no Brasil*, Vol 1. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

<sup>12</sup> HOLANDA, Idem.

<sup>13</sup> GUERRA, 1992, idem.

<sup>14</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

<sup>15</sup> LIENHARD, Martin. *Los comienzos de la literatura "latinoamericana": monólogos y diálogos de conquistadores y conquistados*. In: *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura. Vol 1: A Situação Colonial*. Organizado por Ana Pizarro. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993 & LAFAYE, Jacques, Op Cit.

É relevante destacar a obra de Sor Juana Inês de la Cruz (1648-1695), monja da Ordem das Jerônimas, que produziu versos sacros e profanos, autos sacramentais e comédias de capa-e-espada. A proteção da vice-rainha Marquesa de Laguna lhe conferiu certa liberdade para trabalhar com temas atípicos para o período, uma literatura centrada na liberdade onde chegou a defender o direito da mulher a ser respeitada como ser humano, criticando o sexismo da sociedade do seu tempo e os homens que condenavam a prostituição, ao mesmo tempo em que aproveitavam a sua existência, o que a levou a um controverso debate teológico com o padre Antônio Vieira.<sup>16</sup>

Até mesmo obras filosóficas originais foram produzidas na América hispânica, como *Três Diálogos Latinos*, de Francisco Cervantes de Salazar, de 1554, uma transposição de Platão para a Cidade do México. E se Platão era lido na parte hispânica do Novo Mundo, também Erasmo e Thomas More marcaram o pensamento desse período, assim como Vivés e Boécio, que pôs em moda o estoicismo – embora durante toda a fase colonial o escolasticismo tomista continuasse dominante. Até as disputas doutrinárias eram intensas e ricas, onde jesuítas Suarezianos opunham-se a tomistas dominicanos.

Tudo isso demonstra a precoce circulação de livros em todas as regiões, a despeito das proibições a certos temas e autores. Inventários de bibliotecas particulares, assim como o catálogo do primeiro livreiro-editor da Cidade do México, Juan Pablos ou Giovanni Paoli, mostram que Erasmo, Petrarca e Boccaccio haviam chegado à América antes de 1540, assim como todos os grandes livros de ficção da época, como *Amadis de Gaula* e *Espejo de Caballería*. E se a Cidade do México já imprimia livros em, pelo menos, 1535 e possuía uma gráfica em 1539, Lima passou a contar com uma oficina impressora em 1584. Em 1747 todas as principais cidades da América espanhola já possuíam estabelecimentos gráficos, ano em que aparece, no Rio de Janeiro, a oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, logo depois fechada por ordem real.<sup>17</sup> Guerra estima uma média de 26 obras produzidas anualmente no México entre 1685 e 1694, e uma média de 92 entre 1785 e 1794<sup>18</sup> – quase o triplo – e Holanda calcula em 11652 o número de obras produzidas na Cidade do México durante seu período colonial.

No Brasil, se a atividade editorial legal inicia-se a partir de 1808 com a Imprensa Régia, seria com Pedro Plancher que, a partir de 1824, as “novas idéias” vindas de fora passariam a chegar ao Brasil, passando também a editar autores brasileiros. Constando de seu

---

<sup>16</sup> PAZ, Octavio. *Sor Juana Inês de la Cruz o las Trampas de la Fé*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

<sup>17</sup> HOLANDA, Op Cit. & LAFAYE, Op Cit.

<sup>18</sup> GUERRA, 1992, Op. Cit.

catálogo obras de 104 casas editoriais francesas, sua livraria ofertava, em 1827, 317 títulos, cuja análise empreendida por Morel demonstra ser um interessante indicativo da cultura política que se desenvolvia nesse espaço público tardio. História e Política abrangiam quase metade do acervo, dentre os quais o tema Revoluções representava 59% do total, a maioria tratando da Revolução Francesa, em especial seus aspectos negativos. Se fossemos traçar sua “linha editorial”, esta estaria configurada, por um lado, por um sentimento de recusa à Revolução Francesa e, de outro, por autores iluministas relidos pela percepção pós-revolucionária. Como frisa Morel,

*“Numa época marcada por esta busca de legitimidade constitucional que não representasse nem um retorno ao Antigo Regime nem aprofundamento do processo revolucionário, as elites ao mesmo tempo políticas e culturais do Brasil, por exemplo, tinham interesse nessas leituras.”*<sup>19</sup>

A construção da ordem enquanto um debate fundamental desse período de 1820-1840, só poderia ser realizado a partir da circulação de impressos, também fundamentada em uma esfera literária significativa. Na América hispânica, esse debate inicia-se ainda no pré-independência, o que aprofundaria os regionalismos, uma vez que os grupos envolvidos eram representados por suas próprias cidades. O modelo a ser implementado, assim como a circunscrição física e simbólica da nação eram temas fundamentais para esses novos países. No Brasil, como o debate só se iniciaria com a independência já praticamente estabelecida, os rumos da discussão alteraram-se.

O Iluminismo traz cedo para a América hispânica temas ligados ao desenvolvimento de conhecimento racional, como *Manifiesto filosófico contra los cometas*, de 1681, onde Carlos de Sigüenza y Góngora atacava as superstições sobre as interpretações astrológicas sobre os cometas. No Brasil, a influência da Ilustração só teria força de fato após Plancher, e mesmo assim com grandes limitações. Durante todo o século XIX, o mercado editorial brasileiro nunca teve espaço para mais de dois grandes editores. A Plancher seguiu-se, nas décadas de 1840 e 1850, Paula Brito; seguido por sua vez, a partir da década de 1860, por B. L. Garnier. Paralelamente, os irmãos Laemmert dominariam o mercado de obras de referência, científicas e seriadas, de 1827 à seu pedido de falência, em 1909. Francisco Alves, na virada para o XX, seria o último editor hegemônico, uma vez que este século marcaria a expansão de um mercado editorial que, em grande parte, esteve em gestação durante o XIX.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005, pp 49.

<sup>20</sup> EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

A imprensa trilhou caminho semelhante ao da educação e da circulação de livros nas Américas lusa e hispânica. Em 1671 Bernardo Calderón publicava o primeiro periódico da América Latina, a primeira *Gaceta* e em 1693 Sigüenza y Góngora publicava o periódico *Mercúrio Volante*. A *Gaceta de Madrid* era reimpressa na América desde 1737, a às *Gacetas de Cidade do México* e de Lima foram acrescentados nomes como o *Diário Erudito, Económico y Comercial*, posteriormente *Mercúrio Peruano*, uma segunda versão do *Mercúrio Volante* e o *Primícias de la cultura*.<sup>21</sup>

No Brasil, 1808 continua sendo a referência, data de surgimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, embora funcionasse muito mais como porta-vez da Coroa. Jornais informativos e opinativos desse período foram o *Correio Brasiliense*, criado três meses antes da Gazeta por Hipólito da Costa, em Londres, rodando até 1821, e *O Patriota*, que circulou entre 1813 e 1814. A imprensa no país, no entanto, só se tornaria consistente a partir de 1820, quando o número de jornais se amplia, passando de um, em 1820 para onze em 1821, e chegando a cerca de setenta em 1833.

Para Morel, a década de 1820 é crucial para a formação de um espaço público brasileiro, sendo o momento que se passa de formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes

“(…) para um espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa (…) e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão-leitor (…)”<sup>22</sup>

O tamanho desses espaços públicos é algo fundamental para compreender a cultura política de cada nação, pois está diretamente relacionado com a possibilidade de discussão sobre sua própria representatividade política.

## **Espaços públicos e Identidades**

Façamos então uma última comparação; lidando desta vez que com as possibilidades de sociabilidades que cada espaço público foi capaz de gerar.

Ainda durante o século XVI o vice-rei de Santo Domingo, Diego Colombo, procurou desenvolver ali uma vida cortesã ao modelo europeu, estimulando a música e a poesia. No último quartel do XVI e principalmente no XVII a posição de preeminência cultural passou para Cidade do México, onde sua literatura glorificava o esplendor de suas procissões e representações teatrais, seus esportes equestres e seus torneios de poesia que ocorriam não só

---

<sup>21</sup> HOLANDA, Op Cit. & LAFAYE, Op Cit.

<sup>22</sup> MOREL, Op Cit., pp 205.

nas festas cristãs fixas, mas também em festividades públicas criadas por motivos diversos. Essas atividades eram executadas em universidades e casas religiosas, que muitas vezes funcionavam como sociedades ou clubes. Também Lima incentivou o desenvolvimento de práticas culturais em sua Corte.<sup>23</sup>

Próximo às independências, a América espanhola tinha nas tertúlias lugares de reunião das elites, organizadas cada vez mais segundo às formas de sociabilidade modernas. Multiplicam-se as sociedades ilustradas, as academias e sociedades literárias. Surgem cafés e uma intelectualidade estudantil e as livrarias e jornais tornam-se pontos de encontro e discussão. Nas ruas e praças a palavra escrita é transmitida atreves da leitura pública. O mundo urbano ferve, e sua dinâmica atinge das elites às classes mais populares.

No Brasil, o final do período colonial já conta com algumas sociedades literárias relevantes e academias no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, mas sua órbita de atuação era mais modesta. Seria a década de 1820 que traria maior dinamismo para nossa “República das Letras”, com a expansão da imprensa e a multiplicação de salões, além do próprio papel da corte enquanto espaço de sociabilidades – espaço também restrito, é bem verdade: como mostra Maria Emília Prado, o Segundo Reinado teve poucos bailes, jantares e reuniões, uma vez que o imperador “*preferia a conversa com poucos a promover grandes eventos, o que fazia do Rio de Janeiro uma corte triste e melancólica*”<sup>24</sup>, de modo que os poucos eventos realizados não se constituíam em oportunidades para que políticos e intelectuais pudessem conversar, questionar ou discutir idéias.

A imprensa, em seu papel privilegiado de difusora de idéias, também era focal para as sociabilidades. Isso pode ser percebido na análise realizada por Morel, onde este observa que o número de associações acompanhou diretamente a variação de jornais durante todo o período de 1820-1840.<sup>25</sup>

Temos, desse modo, dois espaços públicos bem distintos, que desenvolveram-se em momentos e condições diferentes. Richard Morse, em seu “Espelho de Próspero”, trabalha com o aspecto da unidade Latino-americana enquanto uma herança ibérica, ressaltando as semelhanças culturais, um tipo de mentalidade específica em comum que a península lega ao Novo Mundo<sup>26</sup>. Toda cultura porém passa por processos de reelaborações identitárias, que nas Américas lusa e hispânica tem sua matriz em seus singulares modelos urbanos com todas as suas implicações.

---

<sup>23</sup> LAFAYE, Op Cit.

<sup>24</sup> PRADO, Op Cit, pp 142.

<sup>25</sup> MOREL, Op Cit, cf. gráfico da pp 298.

Retomando Guerra, se na América espanhola o registro político é fundamental para a construção de uma identidade, uma vez que o registro cultural ainda estava por demais ligado com o corpo único da Monarquia Católica, e este registro político, por sua vez, associa-se com as cidades, como interpretar o caso brasileiro, onde esse aspecto é tão frágil quanto o cultural?

A diferença crucial entre as duas regiões, portanto, encontra-se no fato que, por ocasião das invasões napoleônicas, momento chave para toda a América Latina, seus espaços públicos e conseqüentes identidade e cultura política tinham um abismo de distância.

Por volta de 1808/1810, toda a América espanhola possuía cidades, grupos letrados, circulação de livros e periódicos e, com isso, grupos de opinião. Essa opinião pública, que variou de acordo com os interesses regionais, tornava impossível que aquela imensa massa de terra tão homogênea quanto heterogênea formasse um corpo político comum. Quaisquer que tenham sido os resultados finais da implementação de suas idéias, o fato é que, nesse momento, havia um grupo pensando e fazendo escolhas, um grupo intencionando dar direções às novas nações.

No Brasil, por sua vez, nesse momento, esses grupos eram bem mais esparsos. Se não havia uma identidade nacional, as identidades regionais também eram frágeis. Sob quais bases reais movimentos como a Inconfidência Mineira, elevados à condição de precursores da independência no processo de construção da identidade nacional, teriam de mobilizar uma população que não contava com um registro nacional ou regional de identidade? Excetuando o Rio de Janeiro, que era a capital, um registro político mais forte só poderia ser encontrado talvez em Pernambuco, onde a expulsão dos holandeses criara uma certa memória coletiva que gerava um sentimento cultural de identidade – cujo reflexo pode ser visto na Revolução pernambucana de 1817, na Confederação do Equador de 1824 e na Revolução praieira de 1848. Nas demais regiões, as revoltas ocorridas entre 1808 e 1840, se demonstravam a inexistência de um sentimento nacional, também demonstrava a fragilidade do sentimento regional, restrito a um grupo limitado, com pequena capacidade de gerar uma opinião pública – embora em expansão desde 1820, quando a circulação de impressos e idéias ampliava seu espaço público.

As décadas de 1820-1840 representam para o Brasil o que a segunda metade do século XVIII representam para a América espanhola. Momentos de construção de espaços públicos, de uma identidade e de uma cultura política. Momentos em que as idéias foram capazes de circular.

---

<sup>26</sup> MORSE, Richard. O Espelho de Próspero. Cultura e Idéias nas Américas. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

## BIBLIOGRAFIA

- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas. São Paulo: EDUSP, 2003.
- EL FAR, Alessandra. Páginas de Sensação. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- GUERRA, François-Xavier, LEMPÉRIÈRE, ANNICK et al. Los Espacios Públicos en Iberoamérica. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- GUERRA, François-Xavier. *A nação na América espanhola: a questão das origens*. In. Revista Maracanan, PPGH/UERJ, ano I, Nº 1, 1999-2000.
- GUERRA, François-Xavier. Modernidad e Independências. Madrid: Ed. Mapfre, 1992.
- HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2007
- LIENHARD, Martin. *Los comienzos de la literatura "latinoamericana": monólogos y diálogos de conquistadores y conquistados*. In: América Latina: Palabra, Literatura e Cultura. Vol 1: A Situação Colonial. Organizado por Ana Pizarro. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993.
- MORAES, Nilson Alves. *Integração e processos culturais na América Latina*. In: Fronteiras Rompidas – Multiculturalismo na América Latina. Organizado por Teresa Toríbio Lemos. Rio de Janeiro: UERJ/UESB, 2003.
- MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.
- MORSE, R. *O Desenvolvimento Urbano da América Espanhola Colonial*. In: Historia da América Latina – A América Latina Colonial. Vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.
- MORSE, Richard. O Espelho de Próspero. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- PAZ, Octavio. Sor Juana Inés de la Cruz o las Trampas de la Fé. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- PRADO, Maria Emília. Memorial das Desigualdades. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- PRADO, Maria Ligia. América Latina no Século XIX. São Paulo: Edusp, Bauru: Edusc, 1999
- RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. In: América Latina: Palabra, Literatura e Cultura. Vol 1: A Situação Colonial. Organizado por Ana Pizarro. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *O que se fala e o que se lê: língua instrução e leitura*. In: SOUZA, Laura de Mello (org). História da Vida Privada no Brasil, Vol 1. São Paulo: Cia das Letras, 1999.